

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE UMA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SOARES, Norma Patricya Lopes – UFPI

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: não contou com financiamento

O presente texto trata das práticas escolares da Escola Normal de Teresina e das representações sociais feitas pelos seus egressos e/ou professores. Para reconstituir a história dessa instituição fiz uso de pesquisa documental recorrendo a fontes primárias e oficiais, registro de memória, livros, fotos e principalmente depoimentos orais de pessoas diretamente envolvidas com seu cotidiano. Como fundamento recorri à História Cultural de autores como Roger Chartier, Le Goff e Peter Burke, além de Antonio Nóvoa para subsidiar a produção da história oral. Ressalto que este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que estou desenvolvendo no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, e que irá contribuir para um maior conhecimento sobre a importância, as práticas e o cotidiano da Escola Normal daquele Estado e possivelmente enriquecer a história da educação brasileira, a exemplo do que já tem sido feito em outros Estados como: São Paulo e Goiás.

No Piauí, especificamente em Teresina, as propostas de formação de professores seguem as diretrizes nacionais e ambas acompanham as mudanças sociais, econômicas e políticas, o que dará a cada período da história daquela instituição um norteamto político/ideológico diferente.

No ano de 1910 um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução e professor da Escola Normal Livre, o Dr. Antonino Freire, foi nomeado Governador do Estado (1910 – 1912) e, dentre suas medidas, oficializou o ensino normal transformando a Escola Normal Livre em Escola Normal Oficial. Durante seu mandato, por meio do Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910, foi regulamentada a instrução pública, ampliado o curso normal para quatro anos de duração e criada a Escola Modelo, anexo à Escola Normal, para a prática das professorandas. Em razão da exclusividade ao sexo feminino habilitava os homens que pretendessem o magistério através de exames de todas as

matérias que constituíam o curso normal como foi o caso do Professor Felismino Freitas Weser em 1917. A frequência mista fora legalizada no ano de 1933 através do Decreto nº 1.438. Apesar dessa regulamentação a Escola permaneceu preferencialmente feminina como afirmam o Sr. João¹, concludente de 1940 “nós éramos apenas três rapazes” [está se referindo aos concludentes de 1940] e a D. Enid Matos², Secretária da Escola Normal, “Nossa, como eles sofreram no meio daquela mulherada”.

A princípio a Escola Oficial adotou o método teórico, seu currículo era constituído por disciplinas que a aproximavam do ensino propedêutico dos Liceus, os professores, exímios oradores, eram todos catedráticos e primavam pela qualidade do ensino.

Nas memórias do Sr. João, um dos poucos homens a estudar na Escola Normal na década de 30, a representa “como se fosse uma faculdade (...). Os professores eram todos preparados (...) só entrava para ser professor quem tivesse gabarito (...) só mesmo a influência da cultura dos professores”. O que o Sr. João fala pode ser comprovado verificando as provas de cátedras aplicadas aos professores nos exames seletivos.

Já a normalista Palmira Soares³, retrata a Escola Normal como aquela que

“...despertava você para o outro, uma abertura para as pessoas, uma solidariedade (...). Era meio de vida não material, mas de aprender com o outro com o coletivo (...) a gente tinha mais compromisso, (...) o professor tinha que saber, (...) quem ia para lá era justamente as moças que estudavam. (...) as de outrora eram moças com uma formação melhor”.

Como relatou D. Ana Rosa⁴, a Escola Normal era:

¹ João Carvalho Mendes concludente da Escola Normal no ano de 1940. Depoimento concedido em sua residência no dia 19 de outubro de 2003.

² Enid Matos Rocha Veloso concludente da Escola Normal no ano de 1954. Foi Secretária da Instituição por mais de 50 anos. Depoimento concedido nas dependências da Universidade Federal do Piauí no dia 03 de novembro de 2003.

³ Palmira Luzia Soares concludente da Escola Normal no ano de 1944. Depoimento concedido em sua residência no dia 16 de setembro de 2003.

⁴ Ana Rosa de Lima Brito concludente da Escola Normal no ano de 1923. Depoimento concedido em sua residência no dia 10 de setembro de 2003.

“...considerada muito importante para a sociedade daquela época era também muito disciplinada e rigorosa, pois no terceiro ano eu fiquei, eu perdi o ponto de Português, fiquei reprovada, o diretor disse que era conveniente cursar novamente o Português e no ano seguinte fazer o quarto ano para evitar que eu ficasse uma professora relapsa.”

Como marco de que a Instituição em apreço consolidara-se foi iniciada a construção de um prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Oficial e da Escola Modelo. Deste evento resultou o aumento da credibilidade e o respeito da sociedade o que pode ser comprovado pelo acréscimo de matrícula que em 1910 fora de 16 alunas chegando a 124 alunas no ano de 1925 quando foi inaugurado o referido prédio. Para muitos “era um orgulho em estudar naquele local” [fala do Sr. João] ou

“...naquele prédio está a história da Escola Normal “Antonino Freire”, to aconchegante, tão qualificada em que até o rapaz da merenda deixou lembranças em nossas vidas (...) é de lá que eu sinto saudades, do espelho onde conferíamos com orgulho nossos impecáveis fardamentos, da sala do piano onde entrávamos às escondidas par tocar nossas canções românticas, das brincadeiras de estudantes.” [fala da Professora Bárbara⁵ concludente de 1966].

Os históricos escolares constantes no arquivo do Instituto de Educação (Antiga Escola Normal), demonstram uma alteração curricular ano a ano. Têm-se como exemplos a cadeira de Aritmética e Álgebra ministrada no segundo ano do curso de formação em 1926 ter sido reduzida em 1927 apenas para Aritmética; em 1928 constava no currículo do 4º ano as cadeiras de Português e História Natural ambas suprimidas em 1930 e introduzidas as de Literatura e Higiene. Apesar dessas alterações percebe-se uma preocupação com a cultura geral em detrimento à formação específica do professor, posto que havia apenas a cadeira de Pedagogia direcionada à prática escolar. A partir da década de 30 o currículo retratou uma nova concepção de ensino normal que saia da elitização cultural em busca da competência profissional favorecendo a entrada das

⁵ Bárbara Maria Macedo Mendes concludente da Escola Normal no ano de 1965. Depoimento concedido em seu local de trabalho (Universidade Federal do Piauí) no dia 28 de outubro de 2003.

camadas menos ricas que buscavam tal ensino como curso de preparação para um trabalho do qual já possuíam aptidão latente. Nesse mesmo período teve fim a educação essencialmente religiosa para uma de caráter cívico e moral, era a ideologia de Vargas refletida na educação.

Com a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, o curso normal foi regulamentado pelo Ministério da Educação, o que significou a uniformidade federal do ensino normal que passou a funcionar em apenas três anos com uma estrutura “mais voltada para a formação de enfermeiras que de professoras.” (Brito, 1984, p. 8-9). O ensino normal desdobrou-se em dois ciclos, o primeiro com quatro anos de duração formava o Regente de Ensino, o segundo com três anos de duração formava o Professor Primário e era ministrado pela Escola Normal.

Em 1947 foi dada à Escola Normal Oficial a denominação de Escola Normal “Antonino Freire” em homenagem a um dos seus idealizadores, homem que procurou cercar o magistério das garantias e vantagens necessárias ao desempenho desta tarefa. Na década de 50 o curso normal manteve uma constância curricular e no Estado aconteceram cursos de férias para professores normalistas do interior, o que contribuiu para a melhoria do nível educacional. Nos anos 60 as cadeiras metodológicas foram ampliadas e o curso normal piauiense passou a ter predominância do caráter prático. Esse período também foi marcado pela popularização do ensino com a oferta do curso normal noturno que absorveu, principalmente, uma clientela de comerciárias que aspiravam nova atividade profissional. Segundo a normalista Palmira a Escola perdeu o *élan*, mas ganhou em abertura popular, em valorização do ser!”

O corpo docente continuava sendo constituído por professores catedráticos, registrados pelo Ministério da Educação e Saúde e efetivados mediante concurso público, em regra de nível superior. Para D. Enid Matos professora e Secretária da Escola por mais de 50 anos

“o corpo docente da nossa Escola era a *finis flor* [grifo nosso] da intelectualidade piauiense (...). havia uma turma de professore de Pedagogia que preparavam realmente a gente para ser professor (...) mesmo que a pessoa não tivesse pendores para aquilo[está se referindo à tendência ao magistério] eles insinuavam.”

A devoção de Professoras como Firmina Sobreira, Raimunda Carvalho, Ester Coto, dentre outras imprimiram à Escola Normal o respeito e o caráter de entidade renomada na formação de professores marcando definitivamente a história da educação piauiense e principalmente garantindo o alto conceito que a instituição gozava no seio dessa sociedade.

Foram as suas práticas e o seu cotidiano que levaram aos relatos:

“A Escola Normal foi tudo par mim, lá eu enxerguei o mundo, ela abriu assim a minha cabeça para o mundo, eu sou o que sou por causa dela.” [Ana Rosa].

“...eu me encontrei na Escola. Parece que tinha uma luz apagada na minha cabeça. Ela acendia e acendia dum jeito de ascensão, de procurar o melhor(...).” [Palmira].

“...foi lá que eu aprendi a ser o que sou. (...). O seu conceito nos anos 60 é dez.” [Bárbara].

“A Escola foi muito importante porque toda a minha vida começou ali (...) minha formação foi boa de toda forma, porque o que eu sou vem daquele tempo, vem da Escola Normal.” [Maria Sousa⁶].

“Amei a Escola Normal. Foi minha vida. Eu me realizei como professor” e emocionado conclui “*Se fosse começar a vida, eu faria tudo de novo e começaria exatamente como professor da professor da Escola Normal.*” [Afrânio Nunes⁷, grifo nosso].

Com o advento da Lei nº 5.692/71, especialmente em 1973 ocorreram mudanças significativas: a Escola Normal “Antonino Freire” constituiu-se em Instituto de Educação “Antonino Freire”; foi transferida do prédio situado à Praça Marechal Deodoro para suas novas instalações na Praça São José, hoje Praça Firmina Sobreira; os professores foram fazer cursos no exterior; foram implantadas as primeiras

⁶ Maria Sousa concludente da Escola Normal no ano de 1955. Depoimento concedido em seu local de trabalho (Tribunal de Contas do Estado) no dia 22 de setembro de 2003.

⁷ Afrânio Messias Alves Nunes professor e diretor da Escola Normal na década de 60. Depoimento concedido em sua residência no dia 03 de novembro de 2003.

coordenações, os estudos Adicionais, o Serviço de Orientação Educacional. Enfim, novo cotidiano se instalou e novas representações lhe forma atribuídas.

Assim, retratando as práticas e cotidiano da Escola Normal de Teresina, constatei ser marcada por avanços e retrocessos permeados por interesses, ora da administração pública, ora dos próprios professores. Mas, o importante é que o ensino normal naquela Escola funcionou de tal forma que impulsionou a liberação feminina, melhorou a qualidade do ensino primário e elevou o prestígio da instituição considerada por muitos como a melhor escola de formação de professores no Estado do Piauí.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º Graus.

BRITO, Itamar. **Escolas Normais, ontem e hoje.** In: *Educação Hoje*. Revista Trimestral. Teresina. Ano I, n.º 4, 1984, p. 8-9.

PIAUI. **Código de Leis Piauhyenses.** 1910. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.

PIAUI. **Código de Leis Piauhyenses.** 1933. Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933.